

ANEXO 4

Súmula relatórios CPA 2008-2009

Sumário dos relatórios da Comissão Própria de Auto-avaliação – biênio 2008-2009

Dimensão avaliativa 1 – da missão e do Plano de Desenvolvimento Institucional

Ações planejadas – A Comissão Própria de Auto-avaliação, constituída em 2008, buscou refletir acerca da pertinência das propostas político-pedagógicas da Escola Superior de Ciências Sociais da FGV/RJ, expressas em seu PDI, e cotejá-las com as práticas pedagógicas, docentes e gerenciais desenvolvidas pela IES. Para tal, tornou-se necessário um aprofundamento no entendimento das características expressas na documentação legal, evidenciando-se a necessidade de uma revisão crítica do PDI e do PPI da Escola.

Ações realizadas – Fica explícito, a partir das informações apresentadas nos relatórios elaborados pela CPA no biênio 2008-2009, que a missão institucional da Escola Superior de Ciências Sociais encontrava-se claramente definida desde o início das atividades da Comissão. O compromisso com o desenvolvimento nacional através da promoção da educação em suas múltiplas formas, modalidades e graus, bem como o avanço de tecnologias de diferentes ordens, em regime de estreita colaboração com a sociedade, para atingir objetivos tais como: estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo, incentivo à pesquisa e à produção científica e estimular o conhecimento acerca da dinâmica contemporânea de uma sociedade marcadamente multicultural. Estes princípios orientam o perfil de egresso almejado a ser alcançado através do processo de ensino e aprendizagem caracterizado pela formação de um graduado apto para a inserção em setores e atividades profissionais e para contribuir significativamente para o desenvolvimento da sociedade brasileira e colaborar na sua contínua formação. A CPA pode verificar que tais princípios eram enfaticamente assumidos e ganhavam claros contornos nas ações da Escola – em especial, a combinação da formação acadêmica com a prática profissional (estágios, iniciação científica) e com os compromissos para o desenvolvimento de ações da cidadania (interação com as ONGs tais como IBASE e CEASM). Constatou-se também que a estrutura gerencial e dos setores de apoio também se encontram articuladas em conformidade com estes princípios. A CPA, no entanto, evidenciou, em seu primeiro relatório, a necessidade de reformulação do instrumental documental de referência da IES, em especial em função da agramaticalidade observada entre as diretrizes assumidas e aquilo que se encontrava registrado no PDI. A prática efetiva das atividades educacionais e formativas da IES suplantava aquilo registrado em seu PDI inicial (explícito, por exemplo, na não previsão de novos cursos e na delimitação excessiva do escopo de atuação do curso de Bacharelado em Ciências Sociais). Desta forma, a CPA recomendou à Coordenação-geral da Escola que se procedesse à revisão do PDI e do PPI da IES. Tal demanda foi prontamente compreendida e atendida e, ao longo do biênio a comunidade acadêmica foi estimulada pela Coordenação-geral da Escola a produzir novos documentos. Tais iniciativas foram consolidadas no novo PDI da Escola Superior de Ciências Sociais, formulado para o período 2009-2013. Este novo documento foi aprovado pelo Colegiado dos cursos e serviu para a reformulação de algumas instâncias funcionais da Escola (Secretaria Acadêmica, por exemplo), para o

aprimoramento das iniciativas didático-pedagógicas (criação do Centro de Relações Internacionais) e para a implantação do curso de Licenciatura em História.

Dimensão avaliativa 2 – da política de ensino, pesquisa e extensão

Ações planejadas – A CPA procurou formas que viabilizassem a avaliação das políticas de ensino, pesquisa e extensão praticadas pela Escola Superior de Ciências Sociais. Inicialmente, foi buscado o cotejo das diretrizes explicitadas no PDI e PPC.

Ações realizadas – os relatórios elaborados pela CPA indicam que a Escola Superior de Ciências Sociais realiza um projeto de desenvolvimento das diretrizes para ensino, pesquisa e extensão que se sobrepõe inquestionavelmente aos princípios preconizados pelas diretrizes avaliativas indicadas pelo SINAES. O material analisado pela CPA verificou a profunda sintonia, e os benefícios daí auferidos, entre as atividades de ensino de graduação da Escola e a tradição intelectual e institucional do CPDOC, centro de pesquisa e documentação do qual ela se originou. Criado em 1973, o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil se consolidou como uma das mais importantes instituições latino-americanas de pesquisa na área de Ciências Sociais e História, reconhecida por duas vezes, pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, como instituição-sede do Programa de Núcleos de Excelência de Pesquisa (PRONEX). O perfil interdisciplinar, característico dos trabalhos desenvolvidos por esta instituição, formatou a proposta pedagógica conduzida pela Escola Superior de Ciências Sociais que propõe, de forma inovadora, contribuir para a formação de um profissional que alie sólida base teórica a um acurado ferramental metodológico com o objetivo de compreender a dinâmica da sociedade e contribuir para o seu desenvolvimento. Desta forma, a CPA pode constatar o grande investimento institucional feito pela IES no sentido de dotar seus cursos com um perfil atualizado de suas linhas formativas e de propiciar, aos acadêmicos, um efetivo envolvimento com as atividades de pesquisa e extensão (ver ANEXO 5). O perfil inovador da Escola pode ser destacado em iniciativas como o projeto “*Antropologia e documentário: da sala ao campo*”, coordenado pelo professor Celso Castro, que tem por objetivo associar o ensino das disciplinas da área de Antropologia à inserção dos alunos no Núcleo de Audiovisual e Documentário, criado em 2006. O reconhecimento da relevância desta iniciativa propiciou à Escola, ainda em seu primeiro ano de funcionamento, o prêmio concedido pela Associação Brasileira de Antropologia e pela Fundação Ford para inovação no ensino de Antropologia. Também merece destaque o investimento da IES na construção da Linha de Relações Internacionais, com a contratação de professores especialistas com relevante projeção internacional (como, por exemplo, a professora Elena Lazarou, de nacionalidade grega). Os relatórios evidenciam que Escola se articula com as linhas de pesquisa do CPDOC através das atividades de seus laboratórios de pesquisa. No biênio 2008-2009, encontravam-se em atividade os laboratórios de Estudos Brasileiros (LEB), de Estudos Urbanos (LEU), de Estudos Políticos (LEP), de Estudos sobre Turismo, Esporte e Lazer (LETTEL), de Acervos, Memória e Informação (LAMI), de Estudos sobre os Militares (LEM) e de Estudos sobre Jornalismo e Sociedade (LJS). Através destes espaços de intercâmbio acadêmico, o corpo docente e discente, bem como especialistas convidados e alunos da pós-graduação, desenvolvem trabalhos de investigação científica de alta relevância que resultam em publicações e seminários

acadêmicos. No período coberto pelos relatórios, foram realizadas 81 sessões abertas de atividades dos laboratórios (ver ANEXO 6). A CPA registrou o apoio e o fomento à pesquisa dos discentes evidente tanto pela estrutura dos laboratórios como também pelos programas de estágios e bolsas desenvolvidos. A Escola mantém, no âmbito do CPDOC, um programa contínuo de estágios que incorpora alunos cursando a partir do terceiro período do curso. Estes estágios, cujo financiamento abrange a remuneração dos alunos/estagiários com recursos da própria Escola, visam a promover a interação dos acadêmicos com as atividades inerentes à prática profissional de pesquisa nas áreas das Ciências Sociais e da História. No biênio contemplado pelos relatórios, 13 alunos da Escola participaram deste programa de estágios. Para além destas atividades, os alunos da IES são introduzidos nas atividades de iniciação científica através do financiamento de agências públicas de fomento. Nos relatórios produzidos pela CPA, há registro de que a Escola mantém 5 cotas de bolsas PIBIC/CNPq e 3 bolsas de pesquisa financiadas pela Faperj. No período coberto pelos relatórios, um total de 8 alunos participaram destas atividades de iniciação científica. Desta forma, os professores da Escola contribuem para a formação de jovens profissionais voltados para a pesquisa nos campos da Antropologia, Ciência Política, História e Sociologia (ver ANEXO 7). Os alunos também dispõem de um Laboratório de Pesquisa Social Aplicada (Lapsa) que visa a contribuir para a formação de pesquisadores aptos a controlar ferramentas metodológicas qualitativas e quantitativas para a aplicação do referencial das Ciências Sociais em diferentes campos profissionais. No período coberto pelos relatórios da CPA, há registros dos alunos tendo participado de pesquisas acerca dos equipamentos culturais disponíveis na região metropolitana do Rio de Janeiro, da cadeia produtiva do *tecnobrega* no estado do Pará e para as redes de bailes e equipes de *funk* no estado do Rio de Janeiro. A Escola também contribui para a inserção dos discentes nas redes profissionais e acadêmicas através do financiamento para os alunos que pretendem tomar parte de congressos seminários acadêmicos. Os relatórios da CPA registram que 11 alunos foram financiados pela IES para apresentarem seus trabalhos de pesquisa em 19 eventos acadêmicos nacionais e internacionais (com destaque para a participação de alunos na *2008 Conference of The Canadian Association of Latin American and Caribbean Studies – CALACS*, realizada em Vancouver) (ver ANEXO 8). Os relatórios também apontam o financiamento pela IES para que os discentes possam tomar parte, anualmente, do Simpósio Nacional da ANPOCS, o mais importante evento acadêmico brasileiro na área das Ciências Sociais. A qualidade das pesquisas conduzidas na interação entre docentes e discentes pode ser verificada através da produção intelectual originária da Escola, cujos títulos, que montam a um total de 186 artigos em periódicos especializados e livros publicados no período 2007-2009, podem ser observados no Anexo 9. Os professores da Escola Superior de Ciências Sociais integram o corpo editorial de duas importantes revistas especializadas das áreas de Ciências Sociais e História: o Informativo Eletrônico de Ciências Sociais e a Revista Estudos Históricos, evidenciando os canais de disseminação do conhecimento produzido a partir da IES. Os relatórios da CPA também evidenciam que a IES, em articulação com o CPDOC e a Mantenedora, desenvolve o Programa de Pós-Graduação em História Política e Bens Culturais, com cursos de Mestrado Acadêmico, Mestrado Profissional e Doutorado. No período coberto pelos relatórios, 44 dissertações de mestrado foram defendidas sob orientação dos professores que integram o quadro de docentes da Escola Superior de Ciências Sociais. Estes dados, coligidos pela CPA em consolidados nos relatórios do biênio 2008-2009, indicam que a IES superou o inicialmente previsto em seu PDI original no que se refere à política de ensino, pesquisa e extensão.

Dimensão avaliativa 3 – da responsabilidade social

Ações planejadas – os textos dos relatórios evidenciam a preocupação da CPA em monitorar as formas pelas quais a IES tem procurado cumprir os compromissos sociais expressos em seu PDI. Prioriza-se a observação de três eixos centrais: 1) a transferência de conhecimento e importância social das ações da Escola e impactos de suas atividades para o desenvolvimento regional e nacional; 2) as iniciativas voltadas à promoção da cidadania e a atenção a setores sociais excluídos; 3) as relações com o setor público e com o setor produtivo

Ações realizadas – no biênio 2008-2009, a CPA pode levantar indícios que comprovam o investimento da IES em atender suas missões em face à sociedade. Sendo parte integrante da Fundação Getúlio Vargas, mantenedora da Escola Superior de Ciências Sociais, a IES compartilha de sua missão, voltada para contribuir com o desenvolvimento equânime da sociedade brasileira. Desta maneira, o corpo acadêmico da Escola dedica-se à produção e disseminação de conhecimento, considerado como bem público. Pode-se observar que a produção intelectual de seus professores, que abarca temáticas que se estendem da análise dos instrumentos de gestão pública (instituições jurídicas, funcionamento do Executivo) à compreensão das novas dinâmicas associativas da sociedade civil (movimento negro, geração de renda em comunidades faveladas) tem contribuído significativamente para o debate social e para o norteamento de ações desenvolvidas pelos diferentes segmentos constitutivos da sociedade brasileira. Esta produção, disponibilizada através de periódicos e pelo portal da Escola na internet, combina com a intensa participação dos docentes da IES em programas sociais de instituições públicas e organizações não governamentais. O acompanhamento, pela CPA, evidenciou esta característica ao sinalizar a forma como instituições tais como o Ministério do Trabalho e Emprego, o Ministério da Cultura, o Ministério da Fazenda, o Banco Central do Brasil, o Senado Federal, a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, o Governo do Estado do Rio de Janeiro, a Petrobras, o IBASE, o Centro de Estudos de Ações Solidárias da Maré (CEASM) e o Observatório de Favelas. Desta forma, os membros da CPA fizeram constar em seus relatórios a constatação das ações empreendidas e indicaram a recomendação de uma mais intensa participação de seus discentes nestas iniciativas. Uma das missões da Escola Superior de Ciências Sociais da FGV é a de produzir bens públicos, que sejam acessíveis à sociedade e permitam um enriquecimento do conhecimento histórico e um conseqüente aprofundamento da experiência de cidadania. Neste sentido, um dos grandes marcos nesta área foi a digitalização do *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*, uma publicação com 6.600 verbetes biográficos e temáticos referentes ao Brasil republicano do pós-1930. Este Dicionário, obra de referência no campo da História, está gratuitamente disponibilizado para a consulta de todo cidadão, mediante simples cadastro gratuito. A Instituição também permite o acesso e consulta a uma base digitalizada que compreende mais de 300.000 páginas de documentos, 40.000 fotos e 5.000 horas de gravação de entrevistas, todas estas fontes arquivadas no CPDOC. A CPA também procurou monitorar, através dos dados disponibilizados pela gestão financeira da IES e o acompanhamento do perfil de seus estudantes, a extensão das políticas de acesso, bolsas e financiamento mantidas pela Instituição. A Escola articula dois programas de bolsas (por classificação no processo seletivo e por demanda social) que cobriu, no biênio ao qual se referem os relatórios, um total de 37 gratuidades. Desta maneira, a IES tem conseguido incorporar ao seu corpo discente um percentual altamente significativo de

alunos oriundos de setores sociais de baixa renda familiar e de comunidades carentes. Também deve-se destacar que membros do corpo docente e técnico-administrativo da IES participam do programa, desenvolvido no âmbito da Mantenedora, de cursos preparatórios para o exame vestibular, gratuitamente oferecidos para estudantes da rede pública de ensino. Houve, igualmente, a preocupação da CPA em acompanhar a implementação de iniciativas que visem à adequação da IES às resoluções referentes ao acesso ao ensino superior de portadores de deficiência física e sensorial. Os membros da Comissão deixaram registrados nos relatórios o monitoramento das instalações físicas (banheiros, rampas de acesso, dimensionamento de portas e bancadas) e da incorporação dos conteúdos de LIBRAS ao planejamento pedagógico dos cursos. A CPA recomendou, no entanto, que a Escola procurasse adquirir equipamentos de impressão em *braille*. Medida, no entanto, que ainda não pôde ser incorporada ao programa de investimentos financeiros da Escola. A CPA registrou ainda que, no conjunto de discentes que ingressou nos cursos de graduação ofertados pela IES, não houve casos de cidadãos com deficiência visual, auditiva ou motora.

Dimensão avaliativa 4 – da comunicação com a sociedade

Ações planejadas – No biênio 2008-2009, a CPA procurou avaliar as formas pelas quais a IES busca estabelecer estratégias de aprimoramento dos canais internos de comunicação. Também se procurou observar a presença da IES nos meios de comunicação social, atentando-se para a imagem pública da Escola por eles veiculada. O trabalho da Comissão referenciou-se nas diretrizes previstas no PDI e buscou, inclusive, apontar novas propostas para o aprimoramento das formas de integração da comunidade acadêmica.

Ações realizadas – Inicialmente, a CPA procurou avaliar os canais utilizados para a transmissão de informações ao corpo discente da IES. Foram identificados três veículos, considerados adequados para tais funções: o portal da Escola (www.cpdoc.fgv.br), o sistema acadêmico aluno on-line (disponível apenas para usuários detentores de número de matrícula na IES) e os murais. Através dos murais fixos, situados no terceiro e quarto andares (pavimentos nos quais estão distribuídas as salas de aulas e as instalações das secretarias acadêmica e de registros), são veiculadas as informações referentes às bases documentais, matrizes curriculares e horários de disciplinas. São igualmente os canais para divulgação de eventos acadêmicos. Através do sistema acadêmico aluno on-line, o corpo discente pode visualizar sua situação acadêmica (matrícula, notas, faltas, prazos para recursos e requisição de documentos). Finalmente, o portal da Escola disponibiliza toda a base legal e documental da IES (portarias, regimentos, PDI, PPC), assim como o perfil do corpo docente e o calendário de eventos culturais e acadêmicos. O portal também disponibiliza textos da produção intelectual dos membros da comunidade acadêmica. Através do Departamento de Comunicação e Marketing, a IES busca a relação com os meios de comunicação social. A CPA pode dimensionar o espaço de divulgação de suas ações, bem como a caracterização de sua imagem pública, através dos boletins produzidos rotineiramente por este departamento (clipping), nos quais são registradas as menções realizadas diariamente por jornais, revistas, rádio e tv às atividades da instituição e dos membros de seu corpo acadêmico. Evidenciou-se a marcante presença da IES e de seus integrantes nestes canais. A Escola Superior de Ciências Sociais também participa do programa institucional FGV-Ensino Médio, no qual professores da IES visitam instituições públicas e privadas de ensino médio do estado do Rio de Janeiro, realizando conferências acerca de temáticas contemporâneas e

do perfil de formação nas áreas das Ciências Sociais e História. No biênio coberto pelos relatórios, 72 escolas de ensino médio participaram deste programa (ver ANEXO 10). Tendo em vista o crescimento de seu corpo discente (que, no período abarcado pelos relatórios, expandiu de 32 para 74 alunos) a CPA recomendou, ao final do ano de 2008, a criação de uma Ouvidoria para a IES. Este órgão tem como propósito ouvir, encaminhar e acompanhar reclamações, críticas, denúncias, sugestões e elogios oriundos das comunidades interna e externa. Caracteriza-se como sendo um órgão de natureza mediadora, sem caráter administrativo, deliberativo, executivo, com atuação personalizada, autônoma e imparcial..Esta proposta foi submetida ao colegiado dos cursos e implementada em 2009, com a indicação da profa Judite Helena Giolito, pedagoga, para a função de ouvidora da Escola Superior de Ciências Sociais. Desde então, a Ouvidoria da IES constitui um elo efetivo de comunicação entre a instituição e a comunidade externa e interna, mediante atendimento pessoal, telefônico, eletrônico ou por correio convencional. Dentre os resultados do trabalho da Ouvidoria, a CPA procurou destacar a demanda, por parte do corpo discente, por espaços para a divulgação de suas atividades. Em especial, a criação de uma revista acadêmica e de um mural fixo para a divulgação das atividades do Diretório Acadêmico. Tais ações foram recomendadas pela CPA em seus relatórios.

Dimensão avaliativa 5 – das políticas de pessoal, da carreira do corpo docente e técnico-administrativo

Ações planejadas – A CPA procurou observar a implementação das bases da política de pessoal da IES, ressaltando as vias de contratação, promoção e aperfeiçoamento do corpo docente e da equipe técnica-administrativa. Para tal, valeu-se do cotejo das diretrizes estabelecidas no PDI com as informações obtidas com a Diretoria de Recursos Humanos, a Gerência Administrativa e o contato com os funcionários. A base documental acessada pela Comissão no biênio 2008-2009 era constituída pelo plano de cargos e salários (definido e implementado pela Mantenedora), as diretrizes de definição dos diferentes níveis da carreira de professor (concebida a partir de um processo de avaliação externa) e os diferentes programas de qualificação profissional operados pela IES e pela Mantenedora.

Ações realizadas – A análise das informações obtidas permitiu à CPA avaliar que há clareza no estabelecimento do plano de carreira de professor na IES. Os professores são contratados através de procedimentos seletivos universais adequados à demanda associadas ao cumprimento dos projetos pedagógicos dos cursos e às condições de execução financeira da Escola. No ano de 2009, por exemplo, um destes processos seletivos culminou com a contratação de uma professora estrangeira, Elena Lazarou, de nacionalidade grega, doutora em Relações Internacionais. A comunidade acadêmica interna conhece as diretrizes que norteiam a promoção de níveis, baseada em processos avaliativos regulares contando com a presença de avaliadores externos de reconhecida expressão acadêmica. Também foi destaca nos relatórios elaborados pela CPA a existência de uma política para promoção da sustentabilidade à qualificação profissional dos docentes, à concessão de incentivos destinados à formação em programas de pós-graduação, à participação e exposição de pesquisas e seminários, dentre outros. Neste sentido, deve-se observar a política de incentivo institucional e de concessão regular de licenças aos docentes que estejam em fase final de elaboração de suas teses acadêmicas

ou que visem à realização de estágios de pesquisa de pós-doutoramento. No biênio analisado, consta a concessão de licença a uma professora em fase final de obtenção do grau de doutoramento (Luciana Heymann) e de três licenças para professores que realizaram pós-doutoramento no exterior (Américo Freire, Bianca Freire-Medeiros e Verena Alberti). A Comissão constatou a existência e a prática de uma política de qualificação que estabelece os critérios para a concessão de incentivos e que apoia os funcionários técnico-administrativos na qualificação, em consonância com o planejamento orçamentário. Através de convênios lastreados pela Mantenedora, os funcionários são estimulados a ingressar em cursos e seminários diretamente associados à melhor qualificação. No biênio coberto pelos relatórios, a CPA observou que três funcionários foram admitidos no Mestrado Profissional da FGV e que nove funcionários realizaram cursos de aperfeiçoamento profissional. A CPA recomendou que fossem criados instrumentos de consulta que pudessem tornar mais objetiva a mensuração do grau de satisfação do corpo docente e do corpo técnico-administrativo em face às condições de trabalho e a estrutura funcional da Escola.

Dimensão avaliativa 6 – da organização e gestão da instituição

Ações planejadas – A Comissão Própria de Avaliação registrou nos relatórios que a dimensão referente à gestão e organização institucional foi observada a partir de dois eixos: 1) a definição de mecanismos e instrumentos de gestão 2) a participação da comunidade acadêmica no processo de gestão. Para proceder à avaliação destes dois aspectos, a CPA procurou se utilizar da documentação produzida pelas instâncias gerenciais da Escola

Ações realizadas – O resultado da avaliação realizada pela CPA indicou que a IES apresentava um alto padrão de qualidade em suas instâncias organizacionais e procedimentos gerenciais. A Escola possui um organograma claramente identificado, bem como o de sua inserção nas relações com a Mantenedora. Estes instrumentos encontram-se disponibilizados nas Secretarias e através do portal da Escola. A Escola apresenta uma Coordenação Geral, Coordenação de cursos (Ciências Sociais e História), Colegiado de cursos, uma gerência administrativa, uma Secretaria de Registros e uma Secretaria Acadêmica. As funções e atribuições estão definidas por um regimento, anteriormente aprovado pelo Colegiado. A comunidade acadêmica tem total conhecimento acerca desta estrutura. A Secretaria de Registros mantém atualizado, em documentação impressa e virtual, o conjunto de informações relacionadas ao cômputo de faltas, notas, trancamentos e transferências dos alunos. O corpo discente pode acompanhar diariamente o lançamento de faltas e a atribuição de notas e conceitos através do sistema aluno online. Os murais servem para veicular informações acerca do calendário letivo, agendamento de provas e avaliações, horário das disciplinas e prazos dos processos acadêmicos e de registro (inclusão, exclusão, alterações, trancamento e transferência). A gestão administrativa e financeira da Escola, realizada pela Gerência Administrativa, se dá com base no constante diálogo com a Coordenação Geral da IES. Estes procedimentos são regularmente informados ao corpo acadêmico e, em especial, aos membros integrantes do Colegiado em suas reuniões. As reuniões do Colegiado são regularmente registradas em atas. O Coordenador-geral da Escola tem assento

permanente no Conselho de Coordenação da Mantenedora. Estas reuniões também são regularmente registradas em atas. A CPA apurou que as reuniões do Colegiado são realizadas com a periodicidade bimestral, enquanto as reuniões do Conselho de Coordenação da FGV ocorrem mensalmente. Segundo os relatórios da Comissão, a comunidade acadêmica da IES é informada regularmente acerca dos processos gerenciais e há total transparência das ações empreendidas pela Escola.

Dimensão avaliativa 7 – da infra-estrutura física

Ações planejadas – No biênio 2008-2009, os relatórios produzidos indicam que a CPA procurou avaliar a infra-estrutura física da instituição através da verificação da implementação das medidas previstas no PDI e pela identificação das formas como a comunidade acadêmica se relaciona a avalia a estrutura disponibilizada pela Escola.

Ações realizadas – A Comissão de Auto-avaliação indica que a IES procurou estabelecer condições plenamente satisfatórias para o desenvolvimento das atividades didático-pedagógicas e operacionais. O espaço destinado às atividades letivas, localizado no terceiro e no quarto andares do edifício-sede da FGV, contabiliza 15 salas de aula (que perfazem um total de 710 m²). As salas apresentam excelente dimensionamento, podendo acolher entre 35 e 45 alunos cada. Estas salas são climatizadas, com sistema de ar condicionado central dispendo de controle termostático independente para cada sala, e foram projetadas visando o correto isolamento acústico e excelente nível de iluminação. As salas são mobiliadas com mesa central para o professor, suportes auxiliares nas laterais e ao fundo, cadeiras, mesas e ou bancadas nos padrões ergonômicos. Todas as salas são dotadas de computadores (que operam softwares adequados e licenciados), projetores de teto, sistema de sonorização, retroprojetores, quadros brancos, impressoras, rede de dados cabeada e wireless para acesso à internet. Os corredores são amplos e as portas de dimensões adequadas ao acesso de cadeirantes. O acesso aos andares é feito por escadas e por oito elevadores. A CPA não verificou nenhum impedimento no que tange à acessibilidade de portadores de deficiências motoras ou visuais. A CPA também destacou as condições da Biblioteca Central, denominada Biblioteca Mario Henrique Simonsen (BMHS), localizada no edifício-sede da FGV com 950 m² de área ocupada. Esta Biblioteca é considerada como possuidora do mais importante acervo bibliográfico nas áreas de Ciências Sociais e Ciências Sociais Aplicadas situado no estado do Rio de Janeiro. A sua relevância pode ser percebida a partir da constatação de ter sido a primeira biblioteca no Brasil a receber o certificado de qualidade ISO 9001-2000. O acervo corrente da biblioteca monta a 87.000 títulos, com 163.000 exemplares disponíveis para consulta e empréstimo (ver ANEXO 11). Docentes e discentes tem acesso às instalações da BMHS em horários compatíveis com as atividades acadêmicas. Há terminais de computadores disponíveis para a consulta, duas salas multimídia e duas salas de leitura e estudo com capacidade de atendimento a 130 consulentes. Os relatórios indicaram a percepção de uma crescente demanda, por parte do corpo discente, pela disponibilização de um maior número de exemplares dos títulos mais consultados do acervo bibliográfico. Por recomendação da CPA, a Coordenação-geral da Escola Superior de Ciências Sociais solicitou a compra de novos títulos e mais exemplares. No ano de 2009, foi registrada a aquisição de 556 novos exemplares demandados a partir de levantamentos realizados com base no trabalho da CPA (ver ANEXO 12). A IES disponibiliza salas de trabalho

para os seus professores com computadores de acesso individualizado, mesas, estantes e armários. Os discentes dispõem de acesso a laboratórios de informática, situados no terceiro, quarto e décimo-terceiro andares do edifício. Estes laboratórios, seguindo sugestão apresentada pela CPA, sofreram processos de ampliação, com a disponibilização de 23 novos terminais de computadores e a previsão de construção de um novo laboratório com mais 48 terminais para o ano de 2010. A Escola dispõe de seis salas de estudo em grupo, situadas no terceiro andar, com capacidade de atendimento de oito alunos por sala. Estas salas são dotadas de mesas, cadeiras e quadro branco. Além destas salas já existentes, haverá a construção de seis novas salas em área disponível no quarto andar, atendendo, assim, a recomendação da própria CPA. O edifício-sede da FGV não apresenta espaços para a prática desportiva e disponibiliza áreas adequadas para o convívio acadêmico e as atividades culturais. Há espaços para convivência nos andares, com bancos, poltronas e mesas, e uma ampla área ao ar livre ajardinada, no espaço denominado Esplanada, com mesas e bancos construídos em concreto aparente. A CPA recomendou, em seu relatório referente ao ano de 2009, a ampliação destes espaços de convivência.

Dimensão avaliativa 8 – do planejamento e avaliação

Ações planejadas – A Comissão Própria de Auto-avaliação procurou, desde a sua criação (em abril de 2008) construir mecanismos avaliativos que pudessem tanto formular cenários acerca da realidade institucional da Escola Superior de Ciências Sociais como formular propostas que colaborassem para o aprimoramento da IES. Para implantar este sistema avaliativo, coube à Comissão definir metodologias de avaliação e implementar fóruns de discussão com a comunidade acadêmica. Os formulários de avaliação aplicados aos discentes, assim como as reuniões periódicas e o acesso aos documentos produzidos pela Escola serviram de lastro para o trabalho da CPA.

Ações realizadas – A CPA foi criada e aprovada pelo Colegiado do curso de Ciências Sociais em abril de 2008. Coube à professora Helena Bomeny exercer a coordenação desta Comissão, cuja implantação foi regulada a partir da Portaria de designação de seus membros e Pelo Plano de Auto-avaliação Institucional. Passaram a constituí-la os professores Helena Bomeny, Celso Castro e Carlos Eduardo Sarmiento (como representantes docentes); Helena Giolito e Marília Krassius (como representantes do corpo técnico-administrativo); Ricardo Nicolay (como representante discente) e o Dr Gilberto Velho, membro da Academia Brasileira de Ciências (como representante da sociedade civil organizada). Em suas primeiras ações, a CPA procurou operar em duas frentes: a definição de mecanismos avaliativos e a formulação de uma base de regulação para as suas atividades. Nesta primeira vertente de atividades, a coordenadora da Comissão procurou realizar reuniões com os diferentes segmentos constitutivos da comunidade acadêmica (funcionários, alunos, professores) no intuito de informá-los acerca do sentido e da lógica da auto-avaliação institucional e para detectar fontes significativas de informações sobre as atividades da Escola. No segundo eixo, a Comissão elaborou um regimento para a CPA, que foi apresentado ao Colegiado e implantado. Segundo os relatórios produzidos no biênio, a CPA percebeu a inadequação da base legal que rege a Escola e recomendou a sua reformulação. Desta forma, o PDI e o PPI foram, após análise e crítica da CPA, reformulados pela Coordenação-geral da Escola e submetidos à apreciação e aprovação do Colegiado. Durante o biênio 2008-

2009, a CPA procurou estabelecer práticas avaliativas regulares, incentivando a interlocução com os discentes, a elaboração e aperfeiçoamento dos questionários avaliativos, a sistematização de informações dispersas (registros de notas, registros de ingresso e evasão, planilhas orçamentárias) e a abertura da discussão avaliativa para a comunidade acadêmica. Os fóruns em que se processou este intercâmbio de informações foram, preferencialmente, as reuniões do Colegiado e as reuniões mantidas entre a equipe da CPA e os alunos. Alguns dos principais resultados que podem ser atribuídos à prática avaliativa neste período podem ser observados na reformulação da documentação referencial da Escola (PDI e PPI), a criação da Ouvidoria, a ampliação das atividades de acompanhamento psicopedagógico desenvolvidas pela Secretaria Acadêmica, a orientação no processo de ampliação do quadro docente, a compra de mais exemplares de livros com alto índice de consulta pelos alunos na biblioteca, a ampliação das áreas físicas de convívio e a ampliação dos espaços destinados às salas de estudo e aos laboratórios de informática para os alunos. A CPA teve seu mandato encerrado no início de 2010 e sua nova composição foi estabelecida através da Portaria de 16 de abril de 2010. Em seu relatório referente ao ano de 2009, a CPA recomendou que neste próximo biênio fossem priorizados os processos de formulação e implantação de consultas a todos os integrantes da comunidade acadêmica, preferencialmente através de formulários de preenchimento online.

Dimensão avaliativa 9 – das políticas de atendimento aos estudantes

Ações planejadas – Os relatórios elaborados pela Comissão Própria de Auto-avaliação indicam que a CPA buscou informações acerca das formas como a IES articula a prática de atendimento aos discentes a partir do cotejo de informações institucionais e dos dados obtidos através da avaliação dos discentes sobre o direcionamento didático-pedagógico da Escola. Estas informações serviram de base para a avaliação dos instrumentos e métodos de atendimento acadêmico, sendo necessária a interlocução direta com os acadêmicos em algumas etapas do processo avaliativo.

Ações realizadas – As informações sistematizadas pela CPA apontam para uma prática claramente estruturada de atendimento ao corpo discente da Escola. Durante o biênio coberto pelos relatórios, pode ser constatado que as práticas e instrumentos de atendimento foram claramente aprimorados de forma a estabelecer condições mais eficazes de interlocução e acompanhamento acadêmico. Em primeiro lugar, deve-se destacar o funcionamento e o constante aprimoramento da ação da Secretaria Acadêmica. A opção em estabelecer órgãos distintos para o tratamento dos trâmites documentais (Secretaria de Registro) e das questões concernentes ao acompanhamento didático-pedagógico (Secretaria Acadêmica) mostrou-se plenamente acertada e possibilitou formas de acompanhamento que transcendem o inicialmente objetivado. A Secretaria Acadêmica - cujos cinco funcionários integrantes são todos qualificados com cursos de nível superior na área da Educação e cuja Coordenadora é pedagoga com grau de mestre e aperfeiçoamento em psicopedagogia - auxiliou na implantação de processos de acompanhamento constante da vida acadêmica dos discentes. Os discentes são regularmente convidados a tomar parte em reuniões individualizadas nas quais são discutidas suas dificuldades, objetivando a melhoria de seus desempenhos acadêmicos. A Secretaria Acadêmica produz relatórios pormenorizados destas reuniões que são

encaminhados ao Coordenador-geral da Escola para conhecimento e definição de possíveis medidas que possam ser adotadas para a melhoria das condições acadêmicas. Uma destas medidas, por exemplo, constituiu a implantação do sistema de monitoria, estabelecido no ano letivo de 2009. A ação deste acompanhamento representou um espaço de atendimento pedagógico complementar que apresentou uma boa recepção por parte dos discentes. Também mereceu destaque a interlocução com os discentes através da aplicação de questionários aos alunos, nos quais são mensurados indicadores acerca da avaliação dos conteúdos didáticos e da prática pedagógica. Os dados gerados a partir destas rodadas de pesquisa são sistematizados e divulgados por toda a comunidade acadêmica. A CPA também destacou a forma como a Secretaria Acadêmica atua durante o processo seletivo e de matrícula de novos alunos. A IES realiza processos seletivos universais anuais com a previsão de 50 vagas para o curso de Bacharelado em Ciências Sociais e 50 vagas para o curso de Licenciatura em História. Os editais, assim como os resultados finais, são amplamente divulgados através da imprensa e das ferramentas de comunicação da Escola. A Secretaria Acadêmica mantém arquivados todos os editais dos processos seletivos anteriores, assim como os dossiês dos candidatos aprovados. Estes candidatos, antes da abertura do processo de matrícula, são convidados para reuniões presenciais individualizadas com a equipe de educadores da Secretaria Acadêmica e o Coordenador-Geral da Escola Superior de Ciências Sociais. Nestes encontros, que a CPA constatou serem devidamente registrados e arquivados, são discutidos os objetivos didáticos e pedagógicos dos cursos e todas as instâncias de apoio acadêmico que a Escola viabiliza. Estas práticas também são implementadas para alunos que ingressam através dos processos de transferência e reingresso para portadores de diploma de nível superior. A CPA avaliou ainda que a Secretaria Acadêmica realiza o controle de evasão e passou a implementar, ao final do ano de 2009, um sistema de acompanhamento dos egressos graduados pela IES. Este sistema se articula através de convites para eventos promovidos pela Escola, manutenção atualizada de mala direta e catalogação dos dados dos egressos, solicitação de informações atualizadas acerca das atividades profissionais e da produção acadêmica dos egressos. A Comissão Própria de Auto-avaliação também foi capaz de avaliar o apoio prestado pela Escola no processo de formação profissional e inserção dos alunos no mercado de trabalho. Através dos dados fornecidos, foram observadas as modalidades de estágios fornecidos pela própria IES e pelos convênios por ela firmados (em especial, através do CIEE). A Escola possui cinco bolsas de Iniciação Científica financiadas pelo PIBIC/CNPq e três bolsas IC financiadas pela FAPERJ. Estes programas de iniciação científica são integralmente realizados através da incorporação de alunos de graduação da Escola que realizam, através deste financiamento, um processo de iniciação científica e de aprendizagem das práticas profissionais. A avaliação da pertinência deste modelo sustentou a recomendação, formulada pela CPA, acerca da ampliação destes programas. A Escola, sensibilizada por esta avaliação, optou por auto-financiar mais quatro bolsas de Iniciação Científica, ampliando, desta forma, o acesso dos discentes a esta prática formativa. Também estão registrados nos relatórios que os alunos da Escola também são encaminhados para estágios internos (na própria FGV) e externos. No biênio 2008-2009, doze alunos da Escola foram incorporados a estágios nas diferentes unidades da FGV e dois foram encaminhados para estágios externos na Fundação Casa de Rui Barbosa e em Furnas. Finalmente, os relatórios da CPA registram o apoio da Escola a eventos acadêmicos e à implantação do Diretório Acadêmico. O apoio aos eventos pode ser constatado através do financiamento de 11 alunos para a viabilização orçamentária de suas participações em eventos acadêmicos nacionais e internacionais. A Escola também financia regularmente a presença dos

alunos no Simpósio Nacional da ANPOCS, realizado anualmente em Minas Gerais, no curso de inverno da Escola de Economia de São Paulo da FGV e ingressou no Programa de Cultura Européia Contemporânea, oferecido pela *Université Paris – Sorbonne*. No ano de 2009, três alunos da Escola puderam participar deste programa com suas despesas cobertas pela IES. Através dos dados apresentados no relatório, pode-se constatar que a IES excedeu o previsto em seu PDI no que se refere à política de atendimento dos estudantes.

Dimensão avaliativa 10 – da sustentabilidade financeira

Ações planejadas – A CPA procurou pautar a sua avaliação através do exame dos documentos financeiros e orçamentários da Escola, dos registros profissionais de seu corpo docente e do corpo técnico-administrativo, dos registros de cursos e disciplinas ministrados e por entrevistas com os responsáveis pela gestão financeira da IES.

Ações realizadas – Os relatórios apresentados pela CPA, que cobrem o biênio 2008-2009 indicam que todos os docentes (do quadro fixo e os horistas), assim como todos os funcionários técnico-administrativos da Escola Superior de Ciências Sociais são contratados através do regime da CLT. No período, ocorreram duas contratações emergenciais de docentes que se processaram através de pagamento a autônomos. Estes professores horistas, no entanto, passaram a ser regularmente contratados através dos procedimentos previstos pela CLT. A CPA verificou que não há atrasos no pagamento dos funcionários e professores (incluindo décimo-terceiro salário), que os períodos de repouso semanal e de férias anuais são respeitados e que há recolhimento regular do FGTS aplicados às contas dos contratados. Os funcionários e professores contam com plano de assistência médica (extensivo a familiares), auxílio transporte e auxílio creche (para aqueles que contam com filhos com idade inferior a sete anos completos). Todos estes benefícios são regular e ininterruptamente pagos. Os funcionários e professores também podem participar, por escolha voluntária, do plano de previdência privada disponibilizado pela Mantenedora (FGV-Previ). A sustentabilidade financeira da IES é inteiramente garantida pela sua Mantenedora, a Fundação Getúlio Vargas, que aprova os planos de dotação financeira e de aplicação de investimentos formulados pela Escola. Estas previsões orçamentárias são formuladas no âmbito da IES, através de sua gerência administrativa, e aprovadas pelo Conselho de Coordenação e pelo Conselho Diretor da Mantenedora. A gerência administrativa executa os orçamentos aprovados. O exame das planilhas e da documentação pertinente permitiu a verificação de que os orçamentos propostos são aprovados integralmente, cabendo sua execução autônoma à IES. Por questões contábeis, em termos de registro, a IES não possui um orçamento em separado, executando aquilo que é aprovado e destinado no orçamento geral da Mantenedora sob as rubricas previstas para a Escola Superior de Ciências Sociais. Os orçamentos executados permitem os investimentos em compras de equipamentos, de livros e financiam os programas de pesquisa e extensão. Tendo por base os dados examinados, a CPA concluiu que a sustentabilidade financeira da IES permitiu a ampliação de programas, inicialmente não previstos em seu PDI, tais como a implantação do Centro de Relações Internacionais (com a contratação, inclusive, de professores estrangeiros) e a implementação de uma política autônoma de bolsas de iniciação científica.

